

REVOGADO



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 744 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a compensação de dias trabalhados no período de recesso.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição prevista no art. 94, IX, *b*, do Regulamento da Secretaria do Tribunal e considerando o que consta no Processo Administrativo n. 4872/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º O servidor que, atendido o interesse da Administração, prestar serviço no período de recesso previsto no art. 81, § 2º, inciso I, do Regimento Interno faz jus à compensação das horas trabalhadas, na proporção de duas horas de compensação para cada hora de serviço, observada a jornada diária à qual está submetido ordinariamente.

§ 1.º O disposto no *caput* aplica-se aos ocupantes de cargo em comissão ou de função comissionada.

§ 2.º Na hipótese de horas trabalhadas no recesso que excedam, em até duas horas, a jornada diária do servidor, fará jus também à compensação de duas horas para cada hora excedente.

Art. 2.º A compensação de que trata o art. 1.º deverá ocorrer até o final do ano subsequente ao do início do período de recesso.

Art. 3º O servidor poderá optar pelo pagamento de adicional de serviço extraordinário, observado o limite de quarenta e quatro horas mensais, na forma da regulamentação específica.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o *caput*, o servidor poderá optar parcialmente pelo pagamento de adicional de serviço extraordinário sem prejuízo de compensação das demais horas trabalhadas, na forma do art. 1º.

Art. 4.º Caberá substituição do titular de cargo em comissão ou de função comissionada afastado para compensação de recesso.

§ 1º O pagamento da substituição fica condicionado à comprovação de comparecimento ao serviço do titular do cargo em comissão ou função comissionada durante o recesso regimental.

§ 2º No pagamento da substituição, serão considerados os dias corridos, computando-se fins de semana e feriados que estejam abrangidos no período do afastamento.

REVOGADO

Art. 5.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

SILVIO FERREIRA